

A INFORMAÇÃO NA COMUNIDADE DE SANTA CLARA: o que mudou?¹

LA INFORMACION EN LA COMUNIDAD DE SANTA CLARA: o que cambiou?

**Deise Santos do Nascimento²
Maria Elizabeth B.C.de Albuquerque³**

Resumo

Analisa as formas de participação dos moradores da comunidade Santa Clara nos projetos e ações comunitárias desenvolvidas pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e o Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Trabalho e Ação Social – SETRAS, considerando os projetos e oficinas realizadas com os moradores participantes e os benefícios trazidos à comunidade. Desta forma, utilizou-se a entrevista para coleta dos dados o que possibilitou através das falas dos coordenadores dos projetos e dos moradores da comunidade identificar como resultado dessa parceria o resgate da auto-estima na formação do cidadão e o desenvolvimento social da comunidade.

Palavras-chave

**COMUNIDADE
INFORMAÇÃO UTILITÁRIA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
AÇÃO COMUNITÁRIA**

1 INTRODUÇÃO

A prática comunitária é uma atividade que sempre esteve presente em nosso cotidiano. Vivenciar o dia a dia de pessoas – moradores de comunidade popular na Cidade de João Pessoa, nos permitiu olhar a vida de outro ângulo, num contexto nunca antes observado. Quebrar barreiras e sair de um mundo que oferece estabilidade e segurança e descobrir uma realidade tão diferente foi uma atitude ousada para quem busca entender o que torna pessoas em situação sócio econômica desfavorável, excluídas de seus direitos de cidadão.

As populações que formam as comunidades populares também denominadas ‘favelas’, são na grande maioria pessoas que estão cansadas de contar suas histórias para Psicólogos e Assistentes Sociais de entidades e órgãos governamentais e que na maioria das vezes não vêem como retorno à satisfação de suas necessidades, o que reflete a falta de compromisso por parte do

¹ Pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso/UFPB

² Bacharel em Biblioteconomia/UFPB

³ Mestre em Biblioteconomia e Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Paraíba

Estado, conseqüentemente leva o sujeito a ficar descrente das ações dos órgãos públicos e a criar em torno de si, um escudo, o que torna ao pesquisador o primeiro contato muito difícil.

Considerando que as necessidades são reais e refletem na condição de vida dessas pessoas, pois os mesmos têm plena consciência do estado perverso de exclusão social em que vivem, foi interesse nosso, realizar uma pesquisa, tendo como campo a comunidade popular urbana Santa Clara, um cenário favorável, uma vez que lá, encontramos uma parceria estabelecida entre o Governo do Estado, representado pela Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social e a Universidade Federal da Paraíba, através da Extensão Universitária, onde a Biblioteconomia através da pesquisa integrada, desenvolvida com outros cursos, atua junto a essas populações.

No andamento das atividades, registramos que um fato comum a todos que dela participaram, expor suas necessidades pessoais e também as necessidades da coletividade e que a busca da satisfação dessas necessidades, para uns implicava em barreiras muitas vezes intransponíveis, para outros as informações que lhes eram necessárias chegavam através da comunicação oral e na maioria das vezes, informações fragmentadas, o que nos levou a concluir que a falta de informação era um grande entrave no processo de desenvolvimento do sujeito enquanto cidadão e também da comunidade. Assim a pesquisa justifica-se pelo seu objetivo geral que é o de analisar as formas de participação da Comunidade Santa Clara em projetos e ações comunitárias desenvolvidas pela UFPB e pelo Governo do Estado da Paraíba, e deste modo, com os resultados obtidos, contribuir com a comunidade acadêmica, afirmando a importância da continuidade dessas ações junto a essas populações menos favorecidas.

2 COMUNIDADE SANTA CLARA

A Comunidade Santa Clara está localizada na zona sul da Cidade de João Pessoa, às margens da Rodovia BR-230, entre os Conjuntos Residenciais Castelo Branco I e II e o Rio Jaguaribe. Segundo informações dos moradores mais antigos, sua fundação data de aproximadamente de 1974.

Formada numa área de depressão e difícil acesso, a Comunidade não oferece uma boa estrutura física aos que lá residem, após anos de existência, só no final do ano de 2002 houve a construção da galeria para escoamento das águas e a pavimentação de duas ruas principais que cortam a comunidade de um canto a outro. Nas ladeiras que dão acesso à Comunidade não existem degraus e nenhum tipo de apoio para os que por ela trafegam, o que já culminou em vários acidentes, que na maioria das vezes tem com vítimas idosos e crianças.

Hoje na Comunidade Santa Clara existem trezentos e cinquenta domicílios e um mil e setecentos habitantes, sendo que sessenta por cento dessa população é composta por, crianças e adolescentes e quarenta por cento homens e mulheres em idade adulta. A Comunidade não dispõe de nenhum tipo de serviço básico como: posto médico, escolas, associação de moradores, posto policial, biblioteca, também não há circulação de transportes coletivos para a locomoção dos moradores até seu local de trabalho (os que trabalham).

Com uma população heterogênea, formada por pessoas oriundas de Cidades do interior do Estado da Paraíba e de Estados vizinhos da Região Nordeste, a comunidade Santa Clara cresceu desordenadamente, como uma comunidade que não deixa nada a desejar de outras comunidades dos grandes centros urbanos de outras regiões do país. As pessoas que ali residem, são obrigadas a criar estratégias de sobrevivência para suprir não apenas os problemas de ordem física –

estrutural da comunidade, mas também problemas sociais como o desemprego, a violência e o analfabetismo.

Sua economia é caracterizada pelo subemprego, também chamado na linguagem local “bico ou quebra galho”, a renda média das famílias varia de um a dois salários mínimos, sendo encontrado na comunidade um grande número de pessoas desempregadas. Sem nenhum tipo de atividade cultural ou de formação profissional, na maioria, homens, mulheres e adolescentes, acabam se envolvendo em situações de risco, cada vez mais presentes na comunidade, diante da urgência de suprir suas necessidades básicas.

3 AÇÕES DESENVOLVIDAS NA COMUNIDADE

3.1 Extensão universitária

A Extensão Universitária é um dos três princípios nos quais a Universidade está fundamentada. A atividade extensionista leva à comunidade os conhecimentos produzidos na academia e é a partir das pesquisas nas comunidades, que esse conhecimento é trabalhado e retorna à Universidade para subsidiar outras pesquisas. Essa interação entre a Universidade e a Comunidade, permite ao aluno uma troca de conhecimentos, onde ele poderá experienciar todo o conhecimento teórico que a academia proporciona.

Para Carneiro (1985, p. 16), “através da extensão, a Universidade é convocada a participar do esforço de recuperação do equilíbrio regional, por via da multiplicação de programas e conteúdos educativo-cultural”. Com essa responsabilidade, a extensão ultrapassa as fronteiras da Academia e torna-se o elo que liga a instituição Universidade à Sociedade. É importante que a universidade que produz conhecimento também desenvolva atividades que levem esse conhecimento à sociedade, daí a necessidade de um apoio cada vez maior para a atividade extensionista. A concepção do conhecimento não é uma ação isolada, os projetos de extensão fornecem os instrumentos para validar o conhecimento, a extensão é a via de mão dupla entre a produção e a democratização do conhecimento gerado nas universidades. Nesse sentido, ela contribui de forma significativa nas transformações sociais políticas e econômicas.

3.2 SETRAS - PB

Criada em Junho de 1966 pelo então Governador do Estado da Paraíba, João Agripino, a Secretaria Estadual de Trabalho e Ação social – SETRAS-PB, é o principal instrumento do governo do Estado na busca de soluções para questões graves como o desemprego e a exclusão social, executando programas e ações voltadas para a geração de emprego e renda, desenvolvimento comunitário, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, atendimento a idosos, portadores de necessidades especiais e comunidades carentes. A SETRAS-PB atua em dois níveis: o nível de execução dos projetos dirigidos ao contingente excluído da população, através dos órgãos que a integram; e o nível de coordenação da política estadual de assistência social em articulação com municípios, conselhos e entidades prestadores de serviços governamentais e não governamentais.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Descortinar o Brasil para o desenvolvimento teve como implicação o surgimento de novas denominações sociais para aqueles antes denominados pobres. No discurso que permeia a sociedade moderna, palavras como marginalidade e exclusão, são usadas para descrever sujeitos em condição de pobreza absoluta e sem perspectivas de acesso a atividades produtivas que lhes garantam uma renda compatível com suas necessidades.

No entanto, entre os estudiosos ainda se discute a real significação da palavra exclusão. Segundo Martins (1997, p. 30) “não existe exclusão, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes”. Mediante essa afirmação, não podemos entender essa sociedade como uma sociedade participativa em que o processo de democratização iniciado na década de setenta, tenha se firmado mudando o quadro social no Brasil.

Como afirma Martins (1997, p. 30) ”a sociedade capitalista tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir, porque tudo deve ser lançado no mercado”. Como consequência temos o alargamento de um abismo social já existente, e o surgimento dos movimentos sociais que vão questionar a política de acumulação capitalista.

Nesse cenário capitalista, a sociedade vai buscando condições de sobrevivência, as migrações das áreas rurais para as áreas urbanas, marcam o estabelecimento de populações nas áreas periféricas das cidades, apropriando-se de espaços para habitar. Um efeito que acontece de forma acelerada nas grandes cidades do país.

De acordo com Pereira (1978, p. 18) “as invasões de terras para habitar revelam a presença de atitudes e aspirações novas entre os setores desprivilegiados da população”, o que acentua a característica desenraizadora da sociedade.

O que o autor chama de aspirações, ao nosso entender nada mais é se não a necessidade que o sujeito, desenraizado do campo tem de ser novamente incluído no processo produtivo, agora sob a ótica dos modos de produção do sistema capitalista.

Sistema esse que não estabelece relação com o humano é violento e antropofágico uma vez que nos impõe uma estrutura política e econômica que tem como resultante uma sociedade contraditória.

Para Martins (1993, p. 22) ”as nossas sociedades são sociedades de fachadas; por trás não há nada, ou às vezes um apêndice de pau-a-pique, um tosco conjunto construído de paus e barro, ou de taipa socada, mas a fachada é barroca.”

Esse caráter contraditório se perpetua no processo de transformar – chamado desenvolvimento – sociedades e culturas à partir de um modelo que geralmente é próprio de quem impõe a transformação, onde o sujeito violentado (transformado) em seu meio, tende a aceitar o outro como padrão e vive a dissimulação entre o ser e o parecer.

Desta forma, concordamos com Martins (1993, p. 25), quando diz que:

O capitalismo que nos trouxeram, é um capitalismo baseado na propriedade da terra, no latifúndio, na desigualdade dos estamentos, na hierarquia do mando e do medo. É completamente diferente do capitalismo baseado no capital, na abstração do capital e suas relações juridicamente igualitárias.

A sociedade ganha forma, fundamentada na exploração e na especulação, o homem é avaliado pela sua capacidade produtiva, é mercadoria, ou seja; coisa, perde sua capacidade de

pensar se limita a imitar e suas relações são dissimuladas, é o agente das ações transformadoras e vivencia no seu cotidiano as conseqüências dessas ações.

Esse quadro de transformações sociais impostas pelo plano desenvolvimentista do governo teve como implicação direta o surgimento de novas situações sociais, mudanças sócio-culturais e uma nova ordem geográfica nos grandes centros urbanos.

O que parecia ser uma situação isolada passa a representar a totalidade, os excluídos são a maioria, torna-se um contingente populacional considerado que cria dentro da sociedade uma identidade própria, onde a diversidade cultural é marco fundamental na formação dessa nova categoria social que são os marginalizados, sujeitos à margem de bens e serviços que não mais são encontrados em pequenos grupos e sim organizados em sistemas de moradias, denominadas Comunidade Popular Urbana.

Se pensarmos no termo comunidade, de imediato temos a idéia de grupos que formam os mais diferentes tipos de comunidades, como os índios, os judeus e tantos outros. No entanto, a comunidade que nos dispomos a estudar é a comunidade popular urbana, também denominada favela.

Vale salientar que privilegiamos o uso do termo comunidade e não favela, uma vez que entendemos que o termo favela está mais relacionado à estrutura física organizacional e o termo comunidade, vai além desse entendimento, trata das relações sociais estabelecidas entre seus membros e suas estratégias de sobrevivência.

Deste modo, concordamos com Quinjano (apud PEREIRA, 1978, p. 170) quando diz que:

Esta promiscuidade física imposta a importantes contingentes populacionais não pode senão criar redes de relações e de comunicações, normas comuns de comportamento e de percepção do mundo, cujos elementos se combinam e se superpõem de varias maneiras àqueles que estão ligados às necessidades de sobrevivência e de auto defesa.

Para Suaiden (1995, p. 13) "o critério fundamental da comunidade, portanto está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro da comunidade". Assim, definimos comunidade popular urbana como um espaço físico que integra diferentes pessoas com situação sócio-econômica semelhantes.

Olhando mais de perto a origem dos moradores de comunidade popular urbana, vamos observar que a grande maioria são oriundos de cidades do interior do Estado, isso nos remonta a questão que entendemos como sendo o ponto de partida para a formação dessas comunidades: as migrações do campo para a cidade, onde o trabalhador deixa suas terras aos interesses capitalistas, troca o campo pela indústria e torna-se operário.

Trabalhadores rurais das diferentes regiões do país, migraram para os grandes centros urbanos, onde a expansão industrial era uma realidade que oferecia novas oportunidades de trabalho. Na bagagem desses migrantes, esperança de dias melhores e traços culturais diversificados. Contudo, a indústria passa a dispor de recursos técnicos utilizados nas linhas de produção que dispensam o investimento humano, tornando assim um contingente humano desnecessário àquela atividade.

Com isso, a re-inclusão dos trabalhadores rurais no mercado de trabalho capitalista, não acontece de forma imediata, o trabalhador se depara com uma espera excessivamente longa. Daí Martins (1997, p. 33), afirma que "a sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato re-incluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico".

O que caracteriza esses sujeitos como população sobrando é o fato de que não participam ativamente da economia do sistema capitalista, no entanto, as estratégias de sobrevivência criada no campo do trabalho, alimentam uma economia informal que movimentam as relações comerciais nessas comunidades e cria relações sociais paralelas que muitas vezes tem como base atividades ilícitas. Aos nossos olhos, parece que nos deparamos com sociedades antagônicas, onde a diferença é o que faz a humanidade e só sobrevive quem de alguma forma consegue se inserir na economia.

Assim, o abismo social que nos referimos antes ganha forma quando enxergamos a dicotomia no pensamento que permeia a sociedade como um todo. O sujeito em situação de sub-humanidade que vivencia na pele a segregação social está cada vez mais consciente de sua condição de sujeito à margem de bens e serviços, como também tem bem definido em sua memória a noção de territorialidade, que identifica seu espaço dentro da cidade.

Essa dimensão de território dentro das comunidades é o que faz nascer laços de união entre as pessoas que ali convivem de forma tão próxima. Identificar no outro suas necessidades, faz com que, as pessoas unam o pensamento em prol de todos, e as necessidades passam a ser encaradas como um problema coletivo e não mais de um morador.

Isso nos mostra uma crescente na consciência desses sujeitos, as reflexões feitas a partir de sua própria realidade desperta o interesse de mudança. As populações excluídas que formam as comunidades populares se organizam sejam através de Associações de moradores, pequenos grupos de trabalhos ou grupos culturais e juntas vão reivindicar perante o Governo, ações que mudem essa condição.

Com parcerias ou não com a sociedade civil, o governo ainda é o agente promotor de ações sociais que buscam resgatar nesses sujeitos valores que lhes desperte a consciência cidadã, contudo, sabemos que muitas dessas ações se perdem ao longo do caminho, pois o Estado não consegue inserir esses sujeitos no mercado de trabalho, com isso essas ações parecem não atender aos objetivos a que propõe o Estado.

Nesse sentido, as ações cotidianas possibilitam uma reprodução social e o fortalecimento das relações sociais já existentes. Entretanto essas ações são individuais e não são lineares, elas são produzidas, visando suprir as necessidades do sujeito e assegurar sua sobrevivência. Com isso, interferem nas relações dentro da comunidade onde passam a existir relações baseadas no poder. Valores como honra e moral são desprezados e o homem idealizado por Hobbes como “aquele que almeja a honra“ é esquecido (Ribeiro apud WEFORT, 1995 p. 59).

Hoje, o ideal de globalização, da ligação entre povos e da unificação de diferentes economias e sociedades não significa uma conscientização e uma maior participação popular nas soluções dos problemas sociais, assim ficamos a pensar se de fato essa é uma ação possível de acontecer, uma vez que a cada dia observamos o crescimento de uma sociedade bipolarizada de ricos e pobres, onde os ricos são cada vez mais ricos e privilegiados e os pobres cada vez mais pobres e excluídos. Como integrar diferentes povos com culturas distintas sem que esses percam sua identidade?

Responder a questionamentos desse tipo, que afloram em tempos globais implica necessariamente em uma prática cada vez mais adotada nas diferentes áreas do conhecimento que descobrem o estudo de comunidade e passam a utilizar-se dele para conhecer sua própria comunidade. A Biblioteconomia é uma delas, assim, novos conceitos para o termo comunidade e estudo de comunidade vão sendo elaborados.

Para Ferreira Neto (apud DUCHWORTH et al, 1991, p. 213) “comunidade pode ser considerada como uma reunião total de idéias, interesses e recursos, em determinado espaço

geográfico, em que as pessoas interagem buscando soluções de seus problemas para a realização de um bem comum”.

Suaiden (1995, p. 13) nos diz que “uma comunidade ocupa sempre uma área territorial, é pois uma área de vida dotada de certo grau de coesão social”.

Nas falas dos autores, está implícita a idéia de limite de espaço físico, onde os sujeitos partilham igualmente suas experiências e expressam suas reais necessidades e aspirações e onde se identificam com outros iguais, também pertencentes ao ambiente comunitário.

Para Figueiredo (1994, p. 65) “estudo de comunidade é uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado”.

Investigar nada mais é, se não conhecer as necessidades da comunidade. Para tanto, é preciso desenvolver uma ação que vai do particular para o geral, como também, é importante conhecer o morador, que ao mesmo tempo que relata as carências da comunidade em sua totalidade, é o usuário das informações e serviços que ali circulam.

Em tempos onde os suportes informacionais são cada vez mais avançados tecnologicamente, a informação circula na comunidade oralmente, quando muito através do rádio ou da televisão. Nessas populações, vislumbrar o mundo através da Internet é algo ainda no campo dos desejos, das aspirações. As redes informacionais se evidenciam pelo contato diário com parentes e vizinhos em atividades que, em alguns casos são desempenhadas conjuntamente, como exemplo, as lavanderias coletivas encontradas em algumas comunidades.

Ali, se forma um canal de comunicação informal onde circulam as mais variadas informações que o sujeito pode fazer uso ou não em seu benefício. De acordo com Sanz Casado (1994, p. 38) “o uso da informação por parte dos usuários, depende de suas necessidades e do contexto social do qual fazem parte”, a informação é o caminho de acesso ao desenvolvimento das comunidades e da transformação da realidade desses sujeitos, o boca a boca é o veículo que leva essa informação aos pontos mais extremos.

Para Le Coadic (1996, p. 8) “não há mais distância que seja obstáculo à velocidade, nenhuma fronteira detém a informação”, o autor define ainda informação como “um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual, é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc. “

Conhecer as necessidades informacionais da comunidade é imprescindível, uma vez que os grupos que se formam e que formam a comunidade tem características heterogêneas e buscam dentro da sociedade uma identificação. Assim para o autor,

o conhecimento da necessidade de informação permite compreender por que as pessoas se envolvem num processo de busca da informação. O que leva uma pessoa a procurar informação? A existência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado (LE COADIC, 1996, p. 40).

Neste particular Le Coadic (1996, p. 41) registrou que,

convém considerar duas grandes classes de necessidades de informação, ambas derivadas de necessidades fundamentais: a necessidade de informação em função do conhecimento, que é uma necessidade derivada do desejo de saber e a necessidade de informação em função da ação, que deriva de necessidades

materiais exigidas para a realização de atividades humanas profissionais e pessoais.

Na realização desta pesquisa, que tem como campo, uma comunidade popular urbana onde as estruturas sociais são desiguais e desfavoráveis considerando a sociedade como um todo, não nos é difícil identificar e perceber claramente as necessidades classificadas pelo autor. O desejo de conhecer está ligado ao ato do fazer, é preciso ir em busca da informação, processá-la para que a mesma venha a tornar-se conhecimento e gerar mudanças.

No entanto, neste tipo de comunidade, existe uma informação que tem um valor acentuado e uma grande importância nesse processo transitório, é a informação utilitária. De acordo com Figueiredo (apud SOUZA 1994, p. 157) informação utilitária “é a informação que ajuda na solução dos problemas do dia-a-dia: moradia, emprego, problemas familiares e pessoais, consumismo, finanças domésticas, educação, direitos civis e de previdência.”

O que fazer diante da falta de um sistema de comunicação que dissemine essas informações dentro da comunidade? Como se tornar usuário da informação e conseqüentemente conquistar seus direitos de cidadão? Uma das opções desses sujeitos é a participação em projetos e ações que chegam até eles, através dos órgãos governamentais.

Para Sanz Casado (1994, p. 19) “usuário da informação é aquele indivíduo que necessita de informação para o desenvolvimento de suas atividades”, complementando essa definição, Guinchat e Menou (1992) dizem que “o usuário é o elemento fundamental de todos os Sistemas de Informação”.

Independente do sistema de informação ser uma Biblioteca, uma Associação de Moradores ou um Centro de Documentação, o usuário é parte importante nesse sistema, pois é o usuário, com suas necessidades latentes que permitem ao sistema existir, a busca constante por informações que possam vir a somar na vida desses sujeitos, faz com que eles representem a base de sustentação para a própria informação.

De acordo com Guinchat e Menou (1992) existem três tipos principais de usuários da informação:

- a) Os usuários que ainda não estão na vida ativa;
- b) Os usuários engajados na vida ativa, cujas necessidades de informações se originam da vida profissional;
- c) O cidadão, considerado em relação às suas necessidades de informação geral, ligados à sua vida social.

Para os autores, ainda é possível distinguir outros tipos de usuários da informação, assim, apresentam outra classificação:

GRUPOS PRINCIPAIS	ATITUDES EM RELAÇÃO A INFORMAÇÃO	TIPO DE NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO
Estudantes	Aprendizado	Geral
Pesquisadores	Produção	Exaustiva
Técnicos	Interpretação	Pertinente
Planejadores Administradores Políticos	Decisão	Precisa e atual
Professores	Difusão	Sintetizada
Cidadãos	Excesso/ Falta de informação	Múltipla

Quadro: Classificação de usuários da informação.

Fonte: Guinchat e Menou (1992)

Na classificação que os autores apresentam, reconhecemos os sujeitos inseridos em nossa pesquisa como cidadãos que tem necessidades de informações múltiplas, no entanto, sabemos que, para a informação chegar a essas populações é preciso ultrapassar uma série de barreiras que vão desde a linguagem usada pelos agentes multiplicadores da informação até os meios que possibilitam o acesso à informação. Para Guinchat e Menou (1992) “os obstáculos a comunicação são numerosos e complexos apesar de que esta é mesmo o fundamento da sociedade”. Deste modo, o próprio espaço no qual se localiza a comunidade, transforma-se numa barreira, o difícil acesso impede que outras atividades possam ser desenvolvidas inviabilizando assim a disseminação da informação na comunidade.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Caracteriza como uma pesquisa em que faremos uso de documentos impressos e das falas dos sujeitos inseridos na investigação. Para Cervo e Bervian (1986, p. 91) “a pesquisa documental é a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico e sonoro“. Para tanto, primaremos pelo método qualitativo uma vez que as informações obtidas são informações que descrevem a realidade a partir do acesso a informação.

A pesquisa foi realizada junto aos Coordenadores de dois projetos de Extensão da UFPB e dois Projetos de Ação Comunitária do Governo do Estado da Paraíba e, com os moradores da comunidade que tiveram participação direta nestes Projetos.

Dentro do universo da pesquisa, consideramos como amostra para nossa investigação, a fala dos quatro coordenadores dos projetos/ações e apenas os moradores que participaram das atividades desenvolvidas pelos projetos *Oficina de Atualização em Gerontologia para a Terceira Idade*, com 36 participantes e *Oficina de Bordados Artesanais*, com 25 participantes, uma vez que não conseguimos identificar os participantes dos demais projetos. O que resultou num total de 62 participantes. Desse total, trabalhamos com 13 participantes do primeiro projeto e 19 do segundo projeto, um percentual de 52% dessa população que corresponde a 32 entrevistados.

Num primeiro momento, pensamos em utilizar como técnica para coletar os dados, o questionário, que seria aplicado aos coordenadores dos projetos/ações e aos moradores da comunidade, no entanto, percebemos que a utilização de questionários seria inviável, uma vez que muitos moradores da comunidade são analfabetos, fato que acarretaria na interferência direta do pesquisador. Assim, optamos pela entrevista considerando que essa técnica permite um contato mais direto entre entrevistado e entrevistador.

Para Figueiredo (1994, p. 41) “a entrevista é um instrumento flexível que pode refletir o grau de estruturação requerida pela pesquisa”. Quanto a tipologia, nossa entrevista se enquadra como uma entrevista semi estruturada, na qual foram elaboradas de comum acordo com a professora orientadora as questões que permitissem ao entrevistado, expressar livremente a sua opinião. Contudo, Barros e Lehfeld (1986, p. 111) chamam a atenção quanto aos cuidados que se deve ter ao realizar uma entrevista:

- a) Prepara o entrevistado para a entrevista: é a fase do contato inicial entre entrevistador e entrevistado. Deve-se motivá-lo e prepará-lo para que o pesquisador inicie a indagar as questões. Explicações sobre o objetivo da

entrevista devem ser dadas, assegurando o sigilo das repostas, bem como valorizar as informações que o entrevistado possa fornecer;

- b) Elaboração das questões: as questões devem ser elaboradas de acordo com o tipo de entrevista a ser desenvolvida (estruturada ou não estruturada);
- c) Registro das questões: uma vez realizada a entrevista o pesquisador deve transcrever e analisar as informações imediatamente após a sua efetivação. Registrar os dados ao mesmo tempo em que se realiza a entrevista pode trazer inibições ao entrevistado. Para o uso do gravador é necessário solicitar a autorização do entrevistado;
- d) Prestar atenção aos itens que o entrevistado deseja esclarecer sem manifestar as suas opiniões (do entrevistador). Não apressar o entrevistado dando-lhe tempo para expor suas conclusões;
- e) Assegurar as condições favoráveis ao bom desenvolvimento da pesquisa. Procurar evitar desencontros e perda de tempo.

Assim, a coleta de dados foi marcada pela interação entre pesquisador e sujeito pesquisado em seu próprio meio (comunidade) e a informação foi registrada em gravação, para tanto, fizemos uso de gravador e fitas cassete 60 minutos.

Foram entrevistados os quatro Coordenadores dos quatro projetos/ ações. As entrevistas foram feitas em local e hora marcadas com antecedência e de acordo com a disponibilidade de cada Coordenador.

As entrevistas com a comunidade participante aconteceram nos dias 11, 12, 18 e 19 de Julho, sendo feitas oito entrevistas por dia.

Os dados foram analisados em duas etapas:

Na primeira etapa, as fitas foram transcritas pela pesquisadora, estabelecendo como critério, transcrever apenas as informações concernentes à pesquisa, sendo desconsideradas informações que fugiram ao nosso interesse.

Na segunda etapa, os dados foram analisados, a partir das falas dos Coordenadores dos projetos e da comunidade.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 Análise das Entrevistas com os Coordenadores dos Projetos

Para os Coordenadores, a comunidade é pobre, carente e com uma baixa renda, um local que não oferece oportunidades aos moradores de conquistar novos modos de vida para os que ali vivem. O que eles tem de real é a comunidade com todos os problemas e riscos que ela representa. De acordo com essas falas, percebemos que não houve dificuldades para os coordenadores desempenharem suas atividades junto à comunidade. A passagem anterior de outros projetos/ações contribuiu para o desenvolvimentos de uma consciência na população quanto a importância de participar nessas ações objetivando desta forma a melhoria na qualidade de vida. Assim, foi registrada uma participação maciça da comunidade nos projeto/ações que analisamos, o que nos mostra que a atitude de cada morador, justifica a permanência dessas ações na comunidade. Ao nosso ver, a comunidade começa a entender a importância dessas

iniciativas articuladas entre essas instituições, para aumentar a participação da chamada “população excluída” na sociedade.

É possível perceber que a partir do contato com essas atividades, o morador da comunidade vai desenvolvendo uma consciência de que pode se tornar um agente conscientizador junto à população e desta forma promover o desenvolvimento comunitário, e mudar a realidade social local. Uma realidade que na Comunidade Santa Clara já começa a refletir os efeitos dessas parcerias, onde Universidade e Governo do Estado, através de suas representações, desenvolvem ações educativas que ajudam a formar lideranças e agentes multiplicadores local, que possam trabalhar no sentido de ajudar a população e diminuir a distância percorrida para ser cidadão.

6.2 Análise das entrevistas feitas com os moradores da Comunidade

O processo de construção desse trabalho, nos possibilitou constituir um novo olhar, sobre uma realidade que acreditávamos conhecer.

Em geral, é perceptível, a necessidade que os moradores têm de mudança e o medo de expressar suas verdadeiras opiniões sobre toda a problemática da Santa Clara, no entanto há um grande interesse em participar das atividades que ali chegam.

Mesmo com as características de uma comunidade que carrega todos os conflitos da sociedade moderna, a Santa Clara tem em sua essência, pessoas, sujeitos conscientes do que representa viver num lugar “esquecido por Deus”(como nos falou uma moradora). São essas pessoas que tentam em suas ações isoladas, mudar sua condição de sujeito à margem de bens e serviços a que deveriam ter acesso, enquanto cidadão. De acordo com as informações que capturamos, percebemos que, para os moradores da comunidade Santa Clara, mais importante que desenvolver atividades na comunidade, é fazer com que essas atividades se transformem em ações concretas e efetivas.

Transformar os conhecimentos adquiridos nos projetos/ações em resultados, que possibilitem maiores oportunidades de adquirir trabalho e renda é o anseio de todos, contudo a falta de liderança na comunidade impossibilita muitas vezes que essas iniciativas tenham uma seqüência linear, sem o apoio e a presença de pessoas que possam viabilizar a continuidade dessas atividades, a comunidade não tem sustentabilidade para prosseguir com as ações. Assim, é importante que essas iniciativas levadas a comunidade, possam apresentar propostas para a criação de grupos de trabalhos que envolva de forma ampla e participativa as pessoas da comunidade, para que através da organização coletiva e do trabalho conjunto se promova a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Aos poucos, eles vão tentando superar as dificuldades e percebemos que já existem no meio comunitário, pessoas conscientes do poder que a informação tem. Essas pessoas estrategicamente traçam os caminhos aos quais a informação deve circular ou não dentro da comunidade, fazendo com que a informação que seria de interesse de todos de um modo geral, só atinja um percentuais da população daquela localidade. Assim, nesse contexto, percebemos que a existência de interesses isolados restringe a informação e priva alguns moradores do direito de elevar seu nível sócio-educativo. Mesmo assim, já são perceptíveis alguns desdobramentos dessas atividades educativas na comunidade, alguns já identificam os caminhos por onde circulam as informações e já correm em busca dela e cada um a seu modo ensina o outro que é preciso

interagir, sem impor novos códigos e barreiras e sim partilhar com todos que vivem a mesma realidade outras saídas que levem novas perspectivas de vida à comunidade.

7 CONCLUSÃO

Historicamente no Brasil, a área social sempre foi uma das áreas menos privilegiadas nos planos desenvolvimentistas dos governos. É possível constatar que no país, existe uma dezena de milhões de pessoas privadas do essencial, muitas até impossibilitadas de alimentar-se. A pobreza hoje vivenciada pela maioria da população brasileira vai além da questão econômica, o desenvolvimento econômico, por si só acarreta distorções sociais que se concentram numa escala mais significativa, em áreas periféricas dos grandes centros urbanos, onde os níveis de pobreza tendem cada vez mais ao crescimento.

O que percebemos ao observar a história social do Brasil, é que as condições de vida da população não acompanhou as mudanças da economia vividas no país, o que reflete no baixo nível de qualidade de vida da população e no agravamento do quadro social que se caracteriza pelo acentuado nível de desigualdade social.

Ao nosso entender, a qualidade de vida de uma população está diretamente relacionada com os fatores básicos à sobrevivência como, saúde e educação, que são oferecidos a ela. No entanto, sabemos que muitos ainda estão distantes desses serviços. Contudo o discurso dos Governos seja federal ou estadual, tem sofrido mudanças, o social tem sido prioridade e os governos cada vez mais assumem um compromisso maior com os segmentos mais pobres da sociedade, na tentativa de proporcionar a essas populações uma maior participação no meio social.

Os projetos/ações aqui estudados, refletem através das falas dos Coordenadores e dos moradores da Comunidade Santa Clara, as características marcantes da pobreza urbana que nos referimos.

Apresentamos como resultado dessa pesquisa, a contribuição da Biblioteconomia ao processo desenvolvimentista da Comunidade Santa Clara, uma vez que estamos implantando na comunidade em parceria com o Curso de Administração da UFPB, um Centro de Cultura e Arte, onde funcionará em caráter provisório a Associação de Moradores recentemente criada naquela localidade também com o nosso apoio, que dentre os serviços que prestará a comunidade, terá o de orientação informacional, onde o morador vai ser assistido pelas mulheres da comunidade e que tem contribuído significativamente no resgate da auto-estima e da cidadania. Esse trabalho é resultante de uma das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado.

Assim, podemos concluir nossa pesquisa afirmando que, essa experiência contribuiu de forma significativa para tanto para as instituições que através de seus projetos/ações levam a sociedade o conhecimento produzido em seus campos e reafirmam a importância de se manter a parceria entre as organizações e a sociedade civil, como também para aos moradores da comunidade Santa Clara, que são mais conscientes de seus direitos enquanto cidadãos e se organizam em busca de melhores condições.

Resumen

Análisis de las formas de participación de los moradores de la Comunidad Santa Clara en los proyectos y acciones comunitarias desarrolladas por la Universidad Federal de Paraíba – UFPB y el Gobierno Del Estado de Paraíba, a través de la Secretaria de Trabajo y Acción Social – SETRAS, considerando los

proyectos y talleres realizados com los moradores participantes y los beneficios traidos a la comunidad. De esta manera, se utilizó la encuesta para colecta de los dados, lo que posibilitó a través de las hablas de los coordinadores de esa parceria el resgate de la auto estima en la formación del ciudadano y el desarrollo social de la comunidad.

Palabras-clave

**COMUNIDAD
INFORMACIÓN UTILITARIA
EXTESION UNIVERSITARIA
ACCIONES COMUNITARIAS**

REFERÊNCIAS

BARROSO, Maria Alice. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A biblioteca pública na educação do adulto**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998. 102p.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Trabalho com comunidades do Brasil: uma interpretação baseada na história. In: **Informação e Sociedade de Estudos**, João Pessoa: DCBD/CCSA/UFPB, n. 1, v. 6, 1996. ISSN. 0104-0146.

DUCKWORTH, Ana Maria et al. Biblioteca pública e comunidade: prestação de serviço de utilidade pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991, Salvador-BA. **Anais...** Salvador-BA: APBEB - Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991.

FIGUEIREDO, Nice Meneses de. **Estudo de uso e usuários a informação**. Brasília: IBICT, 1994.

_____. **Paradigmas modernos da ciência da informação**. São Paulo: Polis/APB, 1999.

_____. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

_____. **Metodologias para promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas especialmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel: Associação Paulista de Bibliotecários, 1990.

FOSKETT, D. J. et al. **A contribuição da psicologia para o estudo dos usuários da informação técnico-científica**. Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1992. 540p.

IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LECOADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, Ademir Benedito A. de. **Aproximação crítica à teoria dos estudos de usuários de Biblioteca**. Londrina: EMBRAPA, CNPSO/SPI, 1994.

LIMA, Sandra A. Barbosa. **Participação social no cotidiano**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Temas de Atualidades).

MATTOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

PEREIRA, Luiz. **Populações marginais** (Org.). São Paulo: Duas Cidades, 1978. (Coleção História e Sociedade).

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Usuário – Informação: o contexto da ciência e da tecnologia**. Rio de Janeiro: LCT, IBICT, 1982. 66p.

SANTOS, Milton. (Org.) **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982. 128p.

SANZ-CASADA, Elias. **Manual de estudos de usuários**. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruiperez; Pirâmide, 1994. 288p.

SOUZA, Ruth Marcellino da Motta. **Informação utilitária: uma avaliação conceitual a partir da convivência com a comunidade da “Vila Jacaré – Joazeiro Bahia**. 1994. 266f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1994.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

VERGUEIRO, Valdomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. (Coleção Palavra Chave).

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**: o federalista Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rosseau. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Fundamentos)